

**UMA LEITURA DA ESCRAVIDÃO EM ANTONIL: visão e posicionamento**

Jovelina de Sousa Nazário da Silva

Graduada em História pela UEG, cursa a Especialização *Docência: Interdisciplinaridade e Demandas Contemporâneas* pela UEG, Campus Itapuranga.

[jovelinanazario@gmail.com](mailto:jovelinanazario@gmail.com)

134

**RESUMO:** A obra *Cultura e Opulência do Brasil* (1982) do jesuíta André João Antonil, é a fonte da presente pesquisa. Nascido em Luca na Itália, Antonil ingressou aos 18 anos na Companhia de Jesus e veio para o Brasil a convite do padre Antonio Vieira, que o conheceu dando aulas no Seminário de Roma. Nosso propósito e objetivo é entender a visão e posicionamento de Antonil a respeito da escravidão, analisando para tanto a sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, ressalta-se ainda que ela é um produto deste contexto, pois foi nele produzida, absorvendo toda a estrutura vigente, especialmente a religiosa, uma vez que era Antonil um Jesuíta. Instigou-nos a já referida fonte e o propósito descrito, o fato de seu autor Antonil ser um religioso e produzir uma obra de cunho econômico, sendo considerado um dos primeiros economicistas do Brasil. Ele no decorrer do texto constrói as várias relações sociais que se estabeleciam no engenho de açúcar e os lugares sociais de cada grupo, seus direitos e deveres, apesar de, por todo tempo, preponderar os objetivos claramente econômicos. Com este trabalho esperamos contribuir para o construto da escravidão neste período, uma vez que a história do negro e da escravidão é de suma importância para compreensão de nossa história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão. Opulência. Engenho. Antonil.

**ABSTRACT:** The work *Culture and Opulence of Brazil* (1982) of the Jesuit André João Antonil, it is the source of the present researches. Born in Luca in Italy, Antonil entered to the 18 years in Jesus' Company and it came to Brazil to priest's Antonio Vieira invitation, that met giving him classes in the Seminar of Rome. Our purpose and objective is to understand the vision and positioning of Antonil regarding the slavery, analyzing for so much your work *Culture and Opulence of Brazil*, it's point that it is still a product of this context, because it was in he produced, absorbing all existing structure, especially the religious, since it was Antonil a Jesuit. It urged us the it already said source and the described purpose, author Antonil's fact to be a religious person and to produce a work of economical stamp, being considered one of the first economists of Brazil. He builds on the text during the various social relationships that were established in the sugar mill and the social places of each group, their rights and duties, though, for all time, prevail the clear economic objectives. With this work we hoped to contribute for building of the slavery in this period, since the black's history and of the slavery it is of highest importance for understanding of our history.

**KEYWORDS:** Slavery. Opulence. Mill. Antonil.

## Introdução

Na presente pesquisa trataremos do chamado sistema escravista vigente no Brasil colônia, a obra *Cultura e Opulência do Brasil (1982)* em sua terceira edição, publicada pela primeira vez no século XVIII, em 1711, servirá ao nosso propósito. Nosso objetivo é entender a visão e posicionamento de seu autor, o jesuíta André João Antonil, diante da escravidão, contribuindo para a compreensão do sistema escravista e a relação social.

Dentro de uma perspectiva da História social, corrente historiográfica na qual nosso propósito se insere, consultamos autores como Alfredo Bosi (1992), Gilberto Freyre (1998), Kátia M. Matoso (1990), Laura de Melo e Souza (1994, 2006), entre outros.

O trabalho foi dividido em três seções: *Cultura e Opulência do Brasil em foco*, *Antonil e o sistema escravista* e *Escravidão nas páginas da História*. Na primeira, definimos o tema de estudo, o propósito da pesquisa, a relevância da mesma e os procedimentos metodológicos e teóricos utilizados. Na segunda seção, abordamos o contexto da obra, especialmente o religioso, como se dava a organização eclesiástica na colônia. Na última, falamos sobre o escravo no Brasil, fazendo um paralelo entre a escravidão antiga e a moderna e por último, a visão de Antonil a respeito da mão-de-obra escrava. Esperamos colaborar para o constante labor da construção de uma história do negro e da escravidão no Brasil.

### Cultura e opulência do Brasil em foco

O objeto de estudo e reflexão da presente pesquisa, a obra *Cultura e Opulência do Brasil (1982)*, de André João Antonil, é considerada uma importante obra do século XVIII, publicada em 1711. Este estudo é indispensável para o conhecimento das condições econômicas e sociais do Brasil ao final do século XVII e início do século XVIII.

O propósito será entender o posicionamento de Antonil sobre a utilização de mão-de-obra escrava, especificamente a negra, analisada dentro do contexto em questão, contribuindo para o construto da própria escravidão e sua importância econômica.

Como discorre Bosi, “em momento nenhum do seu longo discurso em torno da vida nos engenhos Antonil se pergunta sobre a natureza, a origem ou a lassitude da escravidão em si mesma” (1992, p. 162). Não buscaremos em Antonil uma razão à escravidão, mas como ele reflete esta questão, nele aglutinam extremos que teoricamente são diferentes, o religioso e o econômico, além de ser um missionário jesuíta, é por Taunay ([1921] 1982) considerado um dos primeiros economicistas do Brasil. Optamos por trabalhar com a História Social<sup>1</sup>, acreditando que ela abarca nossos objetivos, utilizando para tanto teóricos como Peter Burke em seu livro *História e Teoria Social* (2002) e Hebe de Castro em seu texto *História Social* (1997).

Uma análise bibliográfica: André João Antonil

Acerca da biografia, Levillain diz: “ela (a biografia) é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida” (1996, p. 176). Essa ligação entre indivíduo e sociedade faz necessário o conhecimento da história de Antonil, que vive no período sobre o qual descreve sua obra. Uma ligação entre história e biografia – na prática historiográfica, nem sempre existiu. Como discorre Levillain, de uma herança da historiografia grega, que dividia as tarefas do historiador e do biógrafo. O primeiro lidava com acontecimentos e fatos coletivos e se expressava pela narração, o segundo trabalhava com o indivíduo, cabendo-lhe a descrição.

João Antonio Andreoni, que adotou o pseudônimo André João Antonil, nasceu a 08 de fevereiro de 1649 em Lucca, na Toscana (Itália). Viveu seus primeiros anos em uma região de tradição comercial mesmo sendo um jesuíta. Formou-se em Direito Civil, na Universidade de Perugia em 1667, aos 18 anos. Ingressou na Companhia de Jesus em Roma, onde foi professor no seminário jesuíta. Conhecendo o padre Antônio Vieira, recebeu um convite para vir para o Brasil. Na condição de visitante em 1680, desembarcou na colônia portuguesa, viveu 35 anos se dedicando à Companhia, onde exerceu diversos cargos, em 1698 chegou a ser, Provincial do

---

<sup>1</sup> História Social – No princípio a História Social significou toda a insatisfação com o método rankiano de abordagem histórica. Desde o início do século XX, diversos intelectuais buscaram um outro tipo de história, mas, esse “movimento” em busca de uma “nova história” alcançaria o maior sucesso com Marc Bloch e Lucien Febvre e a fundação da revista *Annales* em 1929. Hoje a história social é um dos diversos campos de estudo da ciência histórica. (CASTRO, 1997).

Brasil. Sua obra *Cultura e Opulência do Brasil* é responsável por tirá-lo do anonimato. Ele Antonil a 13 de março de 1716, na Bahia.

Antonil e sua obra

Partindo do princípio grandioso de que ninguém consegue “matar” as ideias, pois, durante quase um século jamais se falou em André João Antonil e, muito menos da sua obra “*Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*”, é evidente que ficou uma lacuna sobre ambos, no tempo e no espaço, mas não foram jogados ao esquecimento, pois qualquer estudo referente à Colônia brasileira é impossível de ser estudada sem retomar ao jesuíta que foi testemunha ocular de quase todos os processos relacionados à cultura e opulência do Brasil. E mais, nota-se que a obra é um depositário sobre a vida econômica do Brasil do século XVIII. Foi sem dúvida, uma das maiores contribuições à nossa literatura histórica colonial. Um livro prático, com observações e descrições pormenorizadas sobre a produção do açúcar, o tabaco, a mineração e a criação de gado. Nota-se que as relações das atividades econômicas coloniais eram determinadas pelo setor de exportação, sendo que o ritmo da produção é que determinava o processo produtivo e o seu conjunto (NOVAIS, 1993).

A primeira parte, *Cultura e Opulência do Brasil na lavra do açúcar – engenho real moente e corrente*, está dedicada às fases da produção: “a plantação, o fabrico do açúcar e os modos brasileiros de se vender e comprar” (SILVA, 1999, p. 58).

Ele chama atenção daqueles que pretendem possuir um engenho real, que é necessário saber governar, ter capacidade para “aumentar” e “conservar” o seu investimento. Dedicou uma atenção maior às pessoas e aos princípios em que caracterizavam as relações sociais, principalmente senhor e escravo, que apresentou na obra como uma “união necessária e indissolúvel” entre capital e trabalho. Relaciona aqueles que serviam os senhores em vários ofícios: os feitores, mestres, purgadores, banqueiros e caixeiros, também tinham escravos domésticos e o capelão, fora da fazenda tinha os mulatos(as) ocupados como: barqueiros, canoeiros, carreiros, oleiros, etc.; todos com a obrigação de servir. As estalagens compreendiam

a casa grande, a capela, o edifício do engenho, que era “forte e espaçoso” com as oficinas, a casa de purgar, a caixaria e as senzalas.

Antonil avalia o processo, tanto no que diz respeito ao valor do produto quanto ao custo humano. Em relação a valores (preço) percebe-se que ele não teve dificuldade em quantificá-los. Bosi (1992) expõe que o jesuíta organizou um trabalho estatístico de todos os membros que passaram pela província entre 1566 e 1688, com base em suas experiências em quantificar dentro da Companhia, notificando as quantidades, preços e, conseqüentemente, o lucro que dava à metrópole.

Em *Cultura e Opulência do Brasil na lavra do tabaco*, Antonil descreve todo o processo da produção e despacho do tabaco, seu rendimento e distribuição em diversas partes do mundo. O tabaco do Brasil era exportado para vários lugares, “na cidade de Londres, Grã-Bretanha, Flandres, França, Espanha, Itália, para não falar de outras partes e do que vai para fora da Europa, particularmente às Índias Oriental e Ocidental...” (ANTONIL, 1982, p. 159).

Com a descoberta das minas de ouro e prata, Souza (1994) diz que houve um “verdadeiro *rush*” nesse período, a procura de metal e “a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos... dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que lá estão” (ANTONIL, 1982, p. 167). A maioria das pessoas pensava em vir ao Brasil para enriquecer e explorar ao máximo e voltar à sua terra para desfrutar a riqueza, mas, devido à ambição, permaneciam formando rapidamente os núcleos mineradores e populacionais.

Segundo Souza (1994), nos anos de 1697 a 1701, ocorreram crises de fome que chegaram a atingir proporções catastróficas, pois não havia roças de alimentos suficientes para atender à subsistência daquela quantidade de gente, que abandonou o lugar. Taunay ([1921] 1982) acredita que esta parte dedicada a mineração foi a principal causa da destruição da obra de Antonil pelo governo português, mas Capistrano contesta, dizendo que a verdade é outra: “o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros” (REIS, 1992, p. 109), mostrando a sua riqueza.

O livro apresenta todo o processo da criação de gado. Além do alimento, o gado também era utilizado nos engenhos. A organização economia colonial brasileira e o

aprimoramento da vida religiosa garantiram a expansão da produção e comercialização dos produtos citados, baseadas no mercantilismo.

Ele utilizou o maior tempo da redação na primeira parte, relativo à economia açucareira, elaborada entre 1693 e 1698, e atualizada de 1704 a 1707. De 1707 a 1709 redigiu as partes relativas ao tabaco; as minas e à pecuária; contando ao que parece com a colaboração de outros autores, particularmente na parte da mineração. (VAINFAS, 1986, p. 89).

Diante das licenças necessárias concedidas, o livro foi publicado em 06 de março de 1711. No entanto, em menos de duas semanas foi sugerido ao rei de Portugal D. João V pelo Conselho Ultramarino<sup>2</sup>, que fosse apreendida a obra, porque o livro expunha muito sobre todos os caminhos que levavam às minas de ouro. Não convinha tornar público as particularidades do Brasil ao conhecimento das nações estrangeiras, pois os resultados seriam graves prejuízos para o Brasil e, conseqüentemente para Portugal, que dependia em grande parte da conservação da riqueza e opulência brasileira (TAUNAY, [1921] 1982).

Para Souza (2006), os motivos que levaram a obra de Antonil a ser retirada de circulação estão relacionados tanto aos perigos externos quanto internos: “os externos são os da força e violência que poderão fazer as outras nações; e os internos são os que poderão causar os naturais do país, e os mesmos vassalos” (2006, p. 93).

A obra foi confiscada com tal severidade e destruída, que dela apenas escaparam, segundo Taunay ([1921] 1982), meia dúzia de exemplares. Um destes foi doado à Biblioteca do Rio de Janeiro pelo Dr. José Carlos Rodrigues, depois de ter sido presenteado pelo historiador Capistrano de Abreu no Brasil. No Brasil, a pesquisa de mais renome para Souza (2006) é a de Alice Canabrava, da Universidade de São Paulo, pois foi responsável pela mais recente crítica de *Cultura e Opulência do Brasil*, 1ª edição em 1969 e a 2ª em 1974.

---

<sup>2</sup> Conselho Ultramarino – Criado em 1642, o órgão inspira-se no Conselho das Índias do tempo dos Felipes, e o novo nome, mais genérico, reflete a crescente importância do Brasil no contexto do Império: conquistas ou domínios ultramarinos era a designação atribuída na época aos territórios conquistados, colonizados ou ocupados por portugueses. O Conselho Ultramarino era o principal órgão de formulação das práticas para os assuntos concernentes ao Ultramar, e em outros conselhos de Estado em Lisboa, raramente um indivíduo nascido no Brasil era nomeado para tal conselho. (SOUZA, 2006, p. 88).

Nota-se que Antonil é o ponto inicial para qualquer erudição em relação à História Colonial, pois sua obra está cronologicamente pontuada com cada detalhe e é riquíssima em estilo e objetividade. Bosi (1992) busca referência em Alice Canabrava, que definiu o caráter intelectual de Antonil como objetivo, pois naquele contexto de violência, ser objetivo era pensar, naturalmente, do ponto de vista do senhor de escravos.

O negro e a escravidão nem sempre fizeram parte da História dita oficial. No final do século XIX e princípio do XX surge nova postura historiográfica que busca um alargamento do olhar do historiador, como escreve Hintze (1975), citado por Burke (2002), “queremos conhecer não apenas as cadeias de montanhas, não meramente as alturas e as profundidades da superfície, mas toda massa continental”, que surgiu a História social e a possibilidade de desta pesquisa e a relação de um personagem, no caso Antonil, com esta estrutura social.

#### Antonil e o sistema escravista

No Brasil colonial toda sociedade era estruturada a partir do privilégio e do compadrio, assim era a relação do padroado, descrito por Matos, o qual “... trata-se de uma proteção, “tutela” ou “apadrinhamento”. Tem-se aqui uma concessão dos papas e monarcas considerados “mui católicos” e profundamente comprometidos com interesses da Igreja” (MATOS, 2001, p. 101). A Coroa Portuguesa passa a administrar a Chefia da Ordem de Cristo e os monarcas de Portugal passam a exercer simultaneamente o poder civil e eclesiástico sobre os domínios lusos. Assim Estado e Igreja procuram suprir a necessidade um do outro e, ao mesmo tempo, seus próprios interesses. Pizarro e Araújo, citado por Paiva (2006), afirmava que havia bispos que assumiam cargos seculares: ...por vezes, na ausência dos governadores que representavam o poder do rei, ocupavam interinamente essa função, o que aumentava mais o seu poder. (PAIVA, 2006, p. 26).

A obra da Companhia de Jesus compreendia dois setores principais: o primeiro setor é o das missões, os quais fundaram os aldeamentos indígenas, para protegê-los contra a exploração dos colonos. Prado Júnior, em “Evolução política do Brasil”, evidencia essa contradição ao se referir às intenções dos jesuítas em relação às missões no Brasil, afirma que:

“sua tarefa constituiu em preparar o terreno para eles próprios. Almejavam a constituição na América de seu império temporal” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 25). Suas posições oscilaram entre uma radical oposição à escravidão dos indígenas pelos colonos, e uma acomodação, aquilo que no decurso do tempo percebiam como “um mal necessário e inevitável” (MATOS, 2001, p. 119).

No segundo setor os jesuítas foram os primeiros educadores deste período. Fundaram colégios em pontos estratégicos, constituindo a base de toda a cultura colonial. Sendo de destaque o papel dos jesuítas na colonização do Brasil e da América. Não se esquecendo que também desempenharam um papel secundário na colonização brasileira os missionários de outras ordens religiosas, como os capuchinhos, carmelitas e franciscanos. (PRADO JÚNIOR, 1999).

O século XVII foi marcado pelas expansões territoriais. Segundo Vainfas (1986), estas marcas foram o resultado da expansão marítima europeia desde os séculos XV e XVI, em que a conquista dos espaços americanos se fizeram com objetivos comerciais, explorando ao máximo as potencialidades econômicas das colônias. Outro fator preponderante neste século foram os engenhos, os quais são definidos por Antonil como oficinas:

Quem chamou às oficinas, em que se fabrica o açúcar, engenhos, acertou verdadeiramente o nome. [...]. É obrigado a confessar que são uns dos primeiros partos e invenções do engenho humano, o qual, como pequena porção do Divino, sempre se mostra, no seu modo de obra admirável (ANTONIL, 1982, p. 69).

Sobre a importância da produção açucareira, Chaves e Faustino (2003), a partir das memórias de Ambrósio Fernandes Brandão, um senhor de engenho que escreveu em 1618 um documento intitulado “Diálogo das grandezas do Brasil”. Ele afirma ser o açúcar a principal das grandezas do país, e descreve: assim passa, porque o açúcar é a principal cousa com que todo este Brasil se envolveu e faz rico, e na lavra dele se tem guardado até o presente... (CHAVES e FAUSTINO, 2003, p. 96).

A escravidão nas páginas da História

O negro no Brasil colônia



A história do Brasil está indelévelmente misturada à história da escravidão. Em fins de primeiro século já somavam cerca de 50% da população, os quais sustentaram nossa economia durante quatro séculos. A colonização do Brasil foi uma obra política implantada pelos portugueses, os quais levaram até às últimas conseqüências a exploração do trabalho escravo, negros africanos. Foram trazidos de várias regiões do continente africano: “os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia” (ANTONIL, 1982, p. 89).

A base do trabalho de toda sociedade colonial era o escravo africano. Antonil cristalizou o sentido mesmo da colonização, ao afirmar que “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. (ANTONIL, 1982, p. 89). A captura do negro na África era violenta e a sua jornada para colônias era de uma situação deplorável. Percebe-se que a alta taxa de mortalidade a bordo dos navios negreiros não era mero acaso (NEVES, 1996, p. 11). Chegando ao Brasil enfrentavam meses de espera e exposição até encontrar um comprador. O escravo era utilizado em todas as atividades que exigia esforço físico. Às extensas jornadas de trabalho, segundo Antonil (1982) era de 14 a 18 horas por dia, especificamente nas épocas de plantio e da colheita da cana, durante a safra que durava de 7 a 8 meses por ano. “Nem mesmo as crianças eram poupadas do trabalho, apesar de algumas delas usufruírem de certas regalias” (NEVES, 1996, p. 28).

As formas de resistência foram diferenciadas, a mais conhecida foram os quilombos, estes abrigavam os negros, os índios e brancos pobres que se contrapunham à escravidão a localidade geralmente ficava longe das cidades e de difícil acesso. Percebe-se que a localidade era estratégica para a defesa e ataque quando necessário (MOURA, 1987).

Dentre as formas de resistência o banzo era o mais comum, como sendo uma fuga individual, definitiva do cativo através do suicídio. Outra forma de resistência é o aborto, inclusive Antonil previne os senhores de que “algumas escravas procuram de propósito o aborto” (1982, p. 82), para livrarem seus filhos da crueldade do cativo. As várias formas de resistência

resultaram de uma forma ou de outra na sua exclusão social ao longo dos séculos, onde ainda hoje podemos observar resquícios desta exclusão.

Paralelo: a escravidão - mundo antigo

As características específicas da escravidão do Mundo Antigo têm um ponto de partida crucial “... é que não havia raças ou nacionalidades especificamente destinadas à escravidão”. (FINLEY, 1991, p. 191). A guerra era a chave de toda a operação a qual a escravidão fazia parte do resultado final, os motivos eram diversos, dos quais os escravos eram parte importante, até porque se tornou uma das formas de assegurar a existência dos exércitos, que garantia o enriquecimento do Estado.

A guerra não ocorria de forma regular, originando outros problemas como a pirataria, descrita por Finley: “surgiu então no Mediterrâneo Oriental uma complexa rede de pirataria, sequestro e comércio de escravos...” (1991, p. 196). Na Grécia as crianças eram raptadas por comerciantes fenícios com a finalidade de serem vendidos como escravos. A justificativa da escravidão para os gregos e romanos estava pautada na inferioridade natural dos escravos, considerados “incivilizados”. Na visão do autor já citado, esta justificativa fracassou, “... era evidentemente impossível aplicar a doutrina de inferioridade natural” (FINLEY, 1991, p. 192).

A nacionalidade do escravo era importante para quem o adquiria, “era crença comum que determinadas nacionalidades produziam escravos melhores, a nível de vocação e temperamento” (FINLEY, 1991, p. 190); os preços variavam de acordo com a origem da mercadoria, na qual era obrigatório esta especificação. Os negros ficavam expostos para os compradores, a venda era conduzida através de leilão. Nietzsche faz uma observação em relação aos gregos a respeito do trabalho e da escravidão como: “... uma desgraça necessária, um motivo de vergonha, como se fosse a um só tempo uma desgraça e uma necessidade” (FINLEY, 1991, p. 200).

O próximo passo a ser dado é focalizar o significado de escravidão: “regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada” (FERREIRA, 1999, p. 800). A escravidão entrou em declínio em consequência de mudanças sócio-econômicas que substituíram o escravo-mercadoria pelo servo. É engano pensar

que a escravidão desapareceu por completo na Europa, que essa prática se deu simultaneamente em todos os lugares.

#### Mundo moderno

Vainfas, em *Ideologia e escravidão* (1986), diz que Antonil descreveu os serviços manuais, e que nenhum outro letrado conseguiu detalhar as funções referentes a esse período, o jesuíta concebeu a escravidão como sendo o único meio de se produzir riquezas no Brasil. Segundo Bosi (1992), Antonil não questiona em momento algum, ao descrever a vida em torno dos engenhos, a origem da escravidão e sua razão de ser, pelo contrário, ele a justifica como sendo algo natural, a legitima com justificativas econômicas, de modo que viesse a debilitar o escravo ou ainda submetê-lo à morte prematura, pois significaria prejuízo para o senhor (ANTONIL, 1982). Portanto a concepção da escravidão como suporte econômico do engenho induz e racionaliza com precisão a função dos escravos, pois o que interessava era fazer e vender. (BOSI, 1992).

Ao contrário de Antonil, Ferlini (1991) aborda uma discussão qual está profundamente ligada à articulação de grandes unidades de produção, voltadas para o mercado europeu. A produção em larga escala exigia um contingente de trabalhadores que se submetessem a trabalhar para outros sem terem eles mesmos qualquer motivação pessoal pelo processo de produção.

O negro também era a base para o colono adquirir terra e poder, a quantidade de escravos era o referencial da sociedade açucareira, definindo o *status* de um homem livre, “o número de escravos definia o *status* de um branco, sem escravos nenhum colono poderia ser considerado realmente um homem livre” (FERLINI, 1991, p. 79).

Para Freyre (1998), as relações sociais no Brasil constituíram-se amenas, a sociedade teria se formado em um ambiente de reciprocidade cultural. De acordo com o autor citado, “os contatos de raça e de cultura apenas são dificultados e não impedidos pelos antagonismos”. (FREYRE, 1998, p. 204).

O índio e o negro africano contribuíram com o processo de colonização. O índio sendo guia na conquista do território e junto com os negros africanos, a força motriz necessária para essa conquista. Segundo Freyre (1998), o que faz lembrar o provérbio acerca do Brasil como “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatos”.

Para Mattoso (1990), o conceito de violência usado por Ferlini é inadequado para caracterizar o escravismo moderno. Mattoso (1990) acredita que a relação pessoal entre o senhor e o cativo se fazia através de mediações, em um cotidiano no qual o negro desdobrava-se em estratégias, ora de resistência, ora de acomodação. Com isso, a inserção social do escravo numa sociedade dependerá estreitamente da resposta que o trabalhador-escravo, dá a seus senhores no plano da fidelidade, da obediência e da humildade. Esse tripé é considerado pela autora, essencial na personalidade do “bom escravo”, cabe-se a ele conduzir os caminhos de sua nova identidade por vias amenas, como nos apresenta Freyre (1998), ou de forma violenta, como nos relata Ferlini (1991).

Mesmo diante das controvérsias dos historiadores, percebe-se algo em comum ao definir as relações que se estabeleceram entre senhores e escravos como patriarcal e paternalista, onde em alguns casos optaram pela persuasão para manipular o escravo. No entanto, o recurso utilizado pelo senhor foi a violência e repressão de formas diferenciadas e, até mesmo camufladas. O comum era o castigo do escravo ocorrer no interior da fazenda. Gorender (1990) relaciona esta estratégia como uma punição pedagógica, ao afirmar que: “No caso das infrações consideradas graves, recorria-se a tortura mais atroz à vista de todos os companheiros, tendo em mira o efeito pedagógico de aterrorização do plantel em conjunto” (GORENDER, 1990, p. 27).

Nota-se uma das marcas apresentadas em relação ao escravo do mundo antigo que, ao se tornar liberto, ele conseguia se livrar do estigma da escravidão, independentemente da origem. Porém, um escravo do mundo moderno passa a enfrentar a questão da inferioridade natural da raça, imposta pelos Europeus. A descrição feita por Finley em relação ao escravo se aplica aos dois tempos distintos, na maioria dos casos:

O escravo é introduzido numa nova sociedade de forma violenta e traumática, arrancado não só da sua terra natal... Ele é separado da família, dos companheiros, de suas instituições religiosas... Perdeu o controle não apenas sobre o seu trabalho, mas também sobre a sua pessoa (e personalidade). (FINLEY, 1991, p. 191).

Dentro desse contexto, pode-se concluir que a escravidão na antiguidade era constituída a partir de guerras, de dívidas, de piratarias e por vendas. Já na modernidade, a escravidão passa a ser justificada dentro de uma perspectiva econômica e da inferioridade do negro africano.

#### Antonil e a escravidão

Para quem escreve Antonil? Alfredo Bosi respondeu corretamente esta pergunta; Antonil escreve para os senhores de engenho. Com objetivo de melhorar o desempenho do engenho, invenção maravilhosa do homem (ANTONIL, 1982), e aumentar a lucratividade de seu dono visando fins econômicos.

Mas afinal, como Antonil enxerga e se coloca diante da escravidão negra? Para Bosi (1992), em Antonil o cativo é uma questão de fato, “a escravidão existe, a escravidão é útil ao comércio do açúcar [...]” (p. 162). O trabalho escravo é necessário para movimentar a máquina mercantil, todavia tem-se diante da brutalidade e a criação de justificativas para a mesma, para que o homem colonial, o senhor de engenho e a Igreja irão assegurar suas posições e atitudes como proprietários de escravos.

Para Antonil o fato do negro atravessar o Atlântico em um navio negreiro como escravo era a oportunidade dele entrar em contato com o homem branco, com Cristo e, através do trabalho, se purgar alcançando assim salvação. Percebemos que a passividade de Antonil diante do sistema escravista e com as informações elencadas aqui acerca do negro e da escravidão, vai de encontro com os interesses e necessidades econômicas e religiosas da época.

Nota-se, contudo que a preocupação religiosa de Antonil não ultrapassou a sua objetividade, sendo sua preocupação fundamental a mesma da sociedade colonial, que era aumentar ao máximo a capacidade produtiva dos engenhos.

### Considerações finais

Ao término deste trabalho concluímos que os índios e os negros africanos constituíram a base da mão-de-obra no período colonial, porém os índios tiveram os jesuítas para “protegê-los”, enquanto os negros eram consensos a sua escravidão. Arrancados de sua terra e expostos a condições precárias. Apesar do negro africano ter sido utilizado como mão-de-obra nos engenhos, nas minas e nas lavouras, são raras as fontes que fazem referência a eles como objeto de pesquisa.

Outro fator que pode ser relacionado à escravidão moderna, tratado por Antonil é a economia colonial, cujos setores estavam voltados para exportação, produzindo metais preciosos e gêneros tropicais em grande quantidade. O caráter mercantilista da empresa colonial garantia à metrópole o monopólio, o qual tinha exclusividade tanto na venda de mercadorias europeias quanto na compra de bens americanos comercializados no decorrer do século XVII.

Diante desse contexto procuramos analisar Antonil e sua obra, para entender a seu posicionamento diante da escravidão negra africana. Notamos que a relação “senhor/escravo” é apresentada como uma unidade necessária à legitimação da riqueza e opulência da Colônia. Percebemos que o jesuíta racionalizava suas ideias e procurava ser objetivo em relação às questões sociais, econômicas, políticas e religiosas no período colonial.

Conclui-se que o jesuíta expressou-se objetivamente em relação à escravidão negra africana, seus conselhos religiosos estiveram pautados no econômico, sendo o seu interesse, não importando suas implicações. A objetividade de Antonil apresentou a escravidão dos negros africanos como sendo o único meio de produzir as riquezas da Colônia, e mais, ele refere-se aos escravos como “peças”, que deviam ser repartidos em diversas ocupações. Os critérios de escolha e manutenção dos escravos são puramente econômicos, visando o bom funcionamento do engenho. O jesuíta construiu uma linguagem com conselhos práticos, visando estimular o retoque do quadro ideológico do engenho, mas fica claro que não há necessidade de rupturas profundas das atitudes dos senhores.

Referências

ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte-Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 149–175.

BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 11-35; 70-113.

CASTRO, H. História Social. In: FLAMARION, C. C; WAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 45-59.

CHAVES, M.; FAUSTINO, R. C. A educação no pensamento de Antonil: algumas reflexões sobre a obra “Cultura e Opulência do Brasil”. *Acta Scientiarum: humanand social sciences*. Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, v. 15, nº 1, p. 95-103, 2003.

FERLINI, V. L. A. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

FERREIRA, A. B de H. *Dicionário de Língua Portuguesa, século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antigüidade*. 1ª ed. Brasileira. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991. p. 190–202.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 3-53.

GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 19-44.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Dora Rocha (Trad.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 141-184.

MATOS, H. C. J. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2001.

MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MOURA, C. *Os Quilombos e a Religião Negra*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987. p. 34-43.

NEVES, M. de F. R. das. *Documentos sobre a escravidão do Brasil* (Textos e documentos; 6). São Paulo: Contexto, 1996.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (século XVI-XVIII)*. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993. p. 37-67.

PAIVA, J. P. Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706). *Revista da pós-graduação em história da UNB*. Textos de História. Brasília, vol. 14, nº 01/02, 2006. p. 11-34.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil*. Colônia e Império. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999. p. 11-89.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil de Varnhagem a FHC*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 85-114.

SILVA, J. T. Cultura e Opulência do Brasil. In: ANTONIL, A. J.; MOTA, L. D. (Orgs.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. p. 55-74.

SOUZA, L. de M. e. A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra: política e administração da América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 79-109.

\_\_\_\_\_. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TAUNAY, A. D. [1921]. Antonil e sua obra. In: ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte-Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982.

VAINFAS, R. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 25-44.